



Ação do TCU proporciona benefício de R\$ 5,2 bi

O benefício financeiro das ações de controle do Tribunal de Contas da União, no segundo trimestre deste ano, atingiu o montante de R\$ 5,2 bilhões. Isso significa que para cada R\$ 1,00 do Orçamento da União destinado ao Tribunal, o retorno ao País foi de R\$ 21,85.

A informação consta de relatório de atividades do período encaminhado pelo Presidente do TCU, Ministro Walton Alencar Rodrigues, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves.

Walton Rodrigues observou que os expressivos benefícios gerados demonstram o empenho e o compromisso do TCU em atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, de modo a proporcionar maior economia de recursos ao governo federal, assim como melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

O documento destaca a apreciação das contas do governo federal, encaminhada ao Congresso Nacional, para julgamento. No trabalho, além da verificação dos balanços apresentados, da execução orçamentária, da situação patrimonial e das questões contábeis, o TCU fez um diagnóstico amplo do desempenho econômico e social do País, com sugestões para a melhoria da gestão pública.

Ressalta, também, que os trabalhos na área de energia proporcionarão, nos próximos cinco anos, economia de R\$ 3,7 bilhões aos cofres públicos e aos consumidores de energia elétrica. O Tribunal determinou que fossem revistos os critérios de concessão de benefícios aos consumidores residenciais de energia considerados de baixa

renda; acompanhou a outorga da concessão para prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica; e verificou a eficiência da gestão da conta de consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados, que possibilita a oferta de energia elétrica às regiões mais afastadas.

O TCU também fez auditoria para verificar acumulações ilegais de cargos nas esferas federal, estadual e municipal no Estado do Rio de Janeiro. A adoção das determinações para corrigir as irregularidades gerará uma economia de R\$ 124 milhões.

Em ação conjunta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TCU analisou pagamentos feitos a servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão. Com a conclusão da fiscalização, o CNJ determinou ao TJ-MA a devolução de R\$ 90,5 milhões pagos de forma irregular aos servidores.

Dos 890 processos de contas apreciados no trimestre, 377 (42,24%) condenaram 583 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 43 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 92 responsáveis.

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de débito no valor de R\$ 135,4 milhões. Em outros processos foram aplicadas multas no valor total de R\$ 411 mil. O TCU também declarou 36 responsáveis inabilitados para exercer cargo em comissão ou função de confiança, e nove empresas foram classificadas como inidôneas para licitar com a administração pública federal.

